

CERTIFICADO DE AUDITORIA CONTÁBIL INDEPENDENTE

EXERCÍCIO AUDITADO: 2022

O INSTITUTO DOM REGISTRADO SOB CNPJ: 35.857.711/0001-61 FOI DEVIDAMENTE AUDITADO PELA NIGRO AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA., EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR, QUE EMITIU O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE EM 28 DE ABRIL DE 2023, PROPORCIONANDO CREDIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA DAS SUAS AÇÕES.

28 de abril de 2023

Data

Antonio Paulo Nigro Junior

Antonio Paulo Nigro Junior
Cadastro Nacional de Auditores
Independentes - número 1025

Nigro Auditores
& Consultores

Instituto DOM



INSTITUTO DOM

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

INSTITUTO DOM

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

CONTEÚDO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Quadro I - Balanços patrimoniais

Quadro II - Demonstrações do resultado

Quadro III - Demonstrações do resultado abrangente

Quadro IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V - Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados
INSTITUTO DOM

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras do **INSTITUTO DOM** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DOM** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas, que incluem a Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002 - Entidades Sem Finalidade de Lucro).

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Ausência de divulgação da valorização do trabalho voluntário

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1 letra “a”, a Entidade adota as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, dentre elas as disposições contidas na ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucros, e posteriores alterações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a qual determina a divulgação dos valores envolvidos com trabalhos voluntários. A Administração da Associação não está divulgando, nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022, a valorização dos trabalhos voluntários mensuradas ao valor justo e os valores a serem desembolsados, caso fosse necessária a contratação destes serviços similares no mercado, o que deveria ser realizado na demonstração do resultado e notas explicativas. Não nos foi possível, através da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria concluirmos sobre quais os valores estariam envolvidos sobre este assunto e que deveriam ser divulgados nas demonstrações contábeis da Entidade findas naquela data.

Reconhecimento da receita pelo regime de caixa

Conforme descrito na nota explicativa nº 3 (a), no ano de 2022, o Instituto, por não ter fins lucrativos, obteve de terceiros, parte substancial de suas receitas com doações. Em face dessas doações serem espontâneas, só podem ser identificadas quando recebidas e registradas contabilmente; por essa razão, nossas verificações dessas receitas ficaram restritas, exclusivamente, aos valores constantes dos registros contábeis.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados
INSTITUTO DOM

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu o relatório, datado em 13 de maio de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas, incluindo a Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados
INSTITUTO DOM

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados
INSTITUTO DOM

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023.



NIGRO Auditores Independentes S/S
CRC 2 SP 036335/O-1

Antonio Paulo Nigro Junior

Antonio Paulo Nigro Junior
Contador CRC 1 SP 188891/O-0

Nigro Auditores
& Consultores

INSTITUTO DOM**QUADRO I - BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO****(Em reais)**

ATIVO	Nota explicativa	2022	2021	PASSIVO	Nota explicativa	2022	2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.703	67.037	Projetos a executar	5	38.413	51.072
Outros créditos		98	-	Outras obrigações		1.015	37
		48.801	67.037			39.428	51.109
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6	9.373	15.928
TOTAL DO ATIVO		48.801	67.037	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		48.801	67.037

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DOM

QUADRO II - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	7	333.694 333.694	112.807 112.807
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	8	(340.895)	(111.415)
Outras despesas operacionais		(274)	-
		(341.169)	(111.415)
(DÉFICIT) SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(7.475)	1.392
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	9	4.010	640
Despesas financeiras	9	(3.090)	(1.589)
Resultado financeiro		920	(949)
(DÉFICIT) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		(6.555)	443

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DOM

**QUADRO III - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)**

	2022	2021
(Déficit) Superávit do exercício	(6.555)	443
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(6.555)	443

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DOM

QUADRO IV - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em reais)

	Patrimônio social	Superávits (Déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 dezembro de 2020 (Não auditado)	-	15.485	15.485
Incorporação ao patrimônio social	15485	(15.485)	
Superávit do exercício	-	443	443
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.485	443	15.928
Incorporação ao patrimônio social	443	(443)	
Déficit do exercício	-	(6.555)	(6.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.928	(6.555)	9.373

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DOM

QUADRO V - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Déficit) Superávit do exercício	(6.555)	443
(Aumento) redução de ativos:		
- Outros créditos	(98)	-
Aumento (redução) de passivos:		
- Projetos a executar	(12.659)	51.072
- Outras obrigações	978	37
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(18.334)	51.552
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(18.334)	51.552
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	67.037	15.485
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	48.703	67.037
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(18.334)	51.552

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DOM

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E DE 2021 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Dom é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a característica de associação civil, sem fins lucrativos, criado em dezembro de 1999.

O Instituto tem como objetivo principal promover o empreendedorismo visando a transformação social, o desenvolvimento social e econômico e a redução da pobreza, por meio de ações voltadas precipuamente para pessoas em situação de vulnerabilidade social promovendo o desenvolvimento de micro e pequenos empreendimentos, negócios e empreendedores, visando a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida de brasileiros de classes sociais baixas.

A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Instituto em 17 de abril de 2023.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas, estabelecidas pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.255/2009 que aprovou a “NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”, revisada em 21 de outubro de 2016 (NBC TG 1000 (R1)) e de acordo com a resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprova a “ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, revisada em 2 de setembro de 2015 (ITG 2002 (R1)).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Para os demais itens não houve perda por redução ao valor recuperável.

c. Moeda funcional, moeda de apresentação e conversão cambial

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os ativos monetários em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado.

INSTITUTO DOM

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E DE 2021 (Em reais)

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) é apurado em conformidade com o regime de competência, exceto pelas doações recebidas que são reconhecidas como receita quando recebidas (regime de caixa).

b. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

O caixa e equivalentes de caixa compreendem o caixa e aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com possibilidade de serem resgatados no curto prazo (três meses da data de aquisição). Os saldos bancários negativos são apresentados no passivo circulante.

c. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes e os ativos e passivos de longo prazo, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência.

Não há impactos de ajuste a valor presente nas operações do Instituto.

INSTITUTO DOM

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E DE 2021 (Em reais)

d. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Associação se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os únicos instrumentos financeiros da Entidade em 31 de dezembro de 2022 estão representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores de serviços, os quais se aproximam do valor justo nessa data.

e. Obrigações tributárias

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Associação, destacamos os seguintes: (a) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações - isenta sendo fornecida a declaração às instituições financeiras confirmando tratar-se de Associação sem fins lucrativos; (b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - isenta, sobre as receitas de suas atividades descritas em seu estatuto, e tributadas quando exigidas pela legislação; e (c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social.

Com relação à COFINS, a Medida Provisória nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispõe que para os fatos geradores a partir de 01 de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532-97, todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e a manutenção da Instituição e execução de seus objetivos estatutários, que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeitas à COFINS as receitas decorrentes de demais prestações de serviços.

f. Outros ativos e passivos circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

INSTITUTO DOM

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E DE 2021 (Em reais)

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente a despesas bancárias.

h. Demonstração dos fluxos de caixa

A Entidade apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, seguindo o qual o superávit ou o déficit é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o superávit ou déficit quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação e provisões, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos conta movimento	34.952	25.212
Aplicações financeiras	13.751	41.825
	48.703	67.037

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em renda fixa e fundos de investimentos, no Banco do Brasil, com liquidez imediata.

INSTITUTO DOM

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E DE 2021 (Em reais)

5. PROJETOS A EXECUTAR

Para a contabilização, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que aprovou a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contrato GLOBAL GIVING (1)	-	45.229
Contrato FIOCRUZ (2)	-	3.162
Contrato POLLINATION (3)	-	2.681
Contrato BANCO BTG PACTUAL (4)	3.522	-
Contrato INSTITUTO PHI (5)	11.286	-
Contrato MULHERES PROTAGONISTAS (6)	23.605	-
	<u>38.413</u>	<u>51.072</u>

- (1) Termo de Acordo entre a GLOBAL GIVING e INSTITUTO DOM celebrado no ano de 2021 referente a uma plataforma internacional, cujo crédito ao amparo de recursos disponíveis de até R\$ 45.229,00.
- (2) Termo de Acordo entre FIOCRUZ e INSTITUTO DOM celebrado em 25 de setembro de 2021 que tem por objeto a cooperação entre as partes para a execução do projeto “Mães Empreendedoras”, cujo crédito ao amparo de recursos disponíveis de até R\$ 148.773,40.
- (3) Carta de compromisso entre THE POLLINATION PROJECT e INSTITUTO DOM celebrado em 20 de agosto de 2021 que tem por objeto a utilização destes recursos financeiros exclusivamente nas ações relacionadas às atividades operacionais do Instituto, cujo crédito ao amparo de recursos disponíveis, até 31 de dezembro de 2022, foi de US\$ 1.000,00 (R\$ 4.880,00).
- (4) Instrumento Particular de Compromisso de Doação entre BANCO BTG PACTUAL S.A e INSTITUTO DOM com primeiro instrumento celebrado em 03 de setembro de 2021 que tem por objeto a utilização destes recursos financeiros exclusivamente nas ações relacionadas às atividades operacionais do Instituto, cujo crédito ao amparo de recursos disponíveis, até 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 59.234,00.
- (5) Instrumento Particular de Contrato de Parceria e Investimento entre INSTITUTO PHI - PHILANTROPIA INTELIGENTE e INSTITUTO DOM celebrado em 19 de setembro de 2022 que tem por objeto a implantação do Projeto “Empreender e Crescer”, cujo crédito ao amparo de recursos disponíveis de até R\$ 120.000,40.
- (6) Instrumento Particular de Contrato de Parceria e Investimento entre MULHERES PROTAGONISTAS e INSTITUTO DOM celebrado em 08 de julho de 2022 que tem por objeto a implantação do Projeto “GIVE A HAND”, cujo crédito ao amparo de recursos disponíveis de até US\$ 30,000.

INSTITUTO DOM

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E DE 2021 (Em reais)

Movimentação de recursos recebidos para desenvolvimento das atividades

	<u>Global</u>	<u>Fiocruz</u>	<u>Pollination</u>	<u>BTG</u>	<u>PHI</u>	<u>Mulheres Protagonistas</u>	<u>Total receita com convênios</u>
Saldo 31/12/2020	-	-	-	-	-	-	-
Recursos liberado em 2021 - Repasse	45.229	49.591	4.880	53.954	-	-	-
Consumo dos recursos em 2021	-	(46.429)	(2.199)	(53.954)	-	-	(102.582)
Saldo 31/12/2021	45.229	3.162	2.681	-	-	-	-
Recursos liberado em 2022 - Repasse	-	99.182	-	5.280	120.000	59.359	-
Devolução dos recursos	-	(4.976)	-	-	-	-	-
Consumo dos recursos em 2022	(45.229)	(97.368)	(2.681)	(1.758)	(108.714)	(35.754)	(291.504)
Saldo 31/12/2022	-	-	-	3.522	11.286	23.605	-

Os montantes registrados em receita com convênios (subvenção) de R\$ 291.504 e R\$ 102.582 nos exercícios de 2022 e 2021, respectivamente, estão mencionados na nota explicativa nº 7.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representado pelo patrimônio social, composto exclusivamente pela incorporação de superávits e (déficits), ocorridos desde a data da sua constituição.

O Instituto não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio ou de suas rendas, sob qualquer forma ou pretexto, ou seja, a qualquer título, em conformidade com seu estatuto social. O patrimônio, sendo o superávit, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais.

No caso de dissolução do Instituto, o patrimônio social será destinado a uma ou mais Entidades congêneres situadas no Brasil, segundo mencionado em seu estatuto social.

INSTITUTO DOM

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E DE 2021 (Em reais)

7. RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Projetos e convênios	291.504	102.582
Doações PJ e pessoa física	42.190	10.225
	333.694	112.807

8. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços de terceiros	(66.229)	(41.601)
Doações	(105.695)	(38.734)
Ajuda de custo	(93.535)	(10.831)
Investimento social	(63.812)	(8.860)
Outras despesas gerais e administrativas	(11.624)	(11.389)
	(340.895)	(111.415)

9. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	4.010	640
	4.010	640
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(2.115)	(811)
IRRF sobre aplicações financeiras	(787)	(75)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(110)	(151)
Outras despesas	(78)	(552)
	(3.090)	(1.589)
	920	(949)

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Instituto não estava envolvido em nenhuma ação judicial sobre questões trabalhistas, cíveis e tributárias, que requeresse o registro de provisão e/ou divulgação nas demonstrações financeiras.

11. COBERTURA DE SEGUROS

O Instituto não adota a política de contratar cobertura de seguros.

INSTITUTO DOM

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E DE 2021 (Em reais)

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As transações financeiras efetuadas pelo Instituto em 2022 e 2021 são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas a contas a pagar e a receber com vencimento de curto prazo. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado.

O Instituto não utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a exposição de seus ativos e passivos aos riscos de mercado referentes às taxas de juros e a oscilação de moeda no mercado mundial.

13. EVENTOS SUBSEQUENTES À 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira do Instituto ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

* * *